

Para a melhoria da infraestrutura viária do DF, estão previstas obras de duplicação, terceiras faixas, contornos, pontes, viadutos e outras que conduzam ao aumento de capacidade das rodovias; construção de novas ligações rodoviárias; pavimentação de algumas rodovias vicinais; conservação e manutenção do patrimônio já existente, além da sinalização, controle de tráfego e fiscalização eletrônica. Até 2019, pretende-se implantar 10 km de rodovias/ano, recuperar e melhorar 40 km de rodovias/ano.

No próximo período, será priorizado o eixo norte, com a execução das obras da Ligação do Torto ao Colorado e do Trevo de Triagem Norte. Além disso, será dada ênfase à implementação do anel viário e à mobilidade em torno das escolas públicas rurais.

Metas 2016-2019:

1. Adicionar 100 km ao Anel Viário do DF; (SEMOB)
2. Executar o projeto "Caminho das Escolas" em 40 Escolas Públicas Rurais; (SEMOB)
3. Promover melhorias em 55 pontos críticos em rodovias do DF/ (SEMOB)
4. Modernizar e restaurar 40 obras de arte e/ou trechos de rodovias; (SEMOB)
5. Implantar a ligação: Torto – Colorado; (SEMOB)
6. Adequar e melhorar com aumento de capacidade o TTN – Trevo de Triagem Norte; (SEMOB)
7. Construir Ponte Paralela à Barragem do Paranoá; (SEMOB)
8. Construir 2 passarelas em rodovias; (SEMOB)
9. Construir 12 pontes em rodovias; (SEMOB)
10. Construir 12 viadutos em rodovias. (SEMOB)

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte / UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Índice de acidente fatais em rodovias (10.000/veículos)	Coefficiente /10.000	1,07	31-dez-14	Anual	0,95	0,91	0,87	0,83	DER / UO 26101 / OE 3
Expansão das faixas de rolamento pavimentadas	Km	2.706	31-dez-14	Anual	2.756	2.781	2.806	2.831	DER / UO 26101 / OE 3
Índice da malha viária pavimentada em estado ótimo ou bom/total da malha pavimentada	%	58	31-dez-14	Anual	64	67	70	73	DER / UO 26101 / OE 3
Índice da malha viária sinalizada em estado ótimo ou bom/total da malha pavimentada	%	68	31-dez-14	Anual	74	77	80	83	DER / UO 26101 / OE 3
Implantação do Corredor Linha Verde	%			Trimestral	38	64	89	100	SEMOB / UO 26101 / OE 3
Implantação do Corredor Sul – 2º Trecho	%			Trimestral	-	47	100	100	SEMOB / UO 26101 / OE 3
Implantação de Corredor Norte	%			Anual	10	30	70	100	SEMOB / UO 26101 / OE 3

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Ações Orçamentárias

1110 – Execução de obras de urbanização

1142 - Aquisição de Veículos

1223 - Recuperação de Obras de Arte Especiais - Pontes, Passarelas e Viadutos

1226 - Compensação Ambiental em Áreas de Interesse do Transporte

1230 - Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse do Transporte

1347 - Construção de Passarela

1460 - Implantação de Rodovias
1475 - Recuperação de Rodovias
1689 - Construção do Anel Viário
1968 - Elaboração de Projetos
2316 - Conservação de Obras de Arte Especiais - Pontes, Passarelas e Viadutos
2319 - Recuperação de Obras de Arte Correntes - Bueiros e Calhas
2329 - Desapropriação em Áreas de Interesse do Der
2885 - Manutenção de Máquinas e equipamentos
2886 - Conservação de Áreas Urbanizadas em Rodovias
3005 - Ampliação de Rodovias
3056 - Construção do Trevo de Triagem Norte
3125 - Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Sudoeste
3126 - Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Norte
3205 - Remanejamento de Rede
3207 - Ampliação da DF-047- Estrada Parque Aeroporto
3276 - Adequação Técnica das Rodovias em seus Pontos Críticos
3279 - Implantação da Estrada Parque Transbrasilíia - PPP
3361 - Construção de Pontes
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas
3983 - Contratação de Consultorias e Auditorias
4039 - Manutenção de Veículos
4089 - Capacitação de Pessoas
4195 - Conservação de Rodovias
4233 - Supervisão de Serviços de Engenharia em Rodovias
4234 - Manutenção da Infraestrutura para o Transporte Público Individual e de Pequenas Cargas
4993 - Licenciamento para Execução de Obras Rodoviárias
5024 - Expansão da Infraestrutura para o Transporte Público Individual e de Pequenas Cargas
5027 - Implantação de Sinalização
5745 - Execução de Pavimentação Asfáltica
5902 - Construção de Viaduto
8505 - Publicidade e Propaganda

Ações Não Orçamentárias

- I. Articular a Implantação de estacionamentos rotativos (SEMOB).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

04 - BRASÍLIA NOS TRILHOS: Melhorar e expandir o serviço de transporte ferroviário e elevar a satisfação do usuário com o transporte sobre trilhos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB

Caracterização

Colocar Brasília nos Trilhos é priorizar o cidadão e garantir um contínuo nível de satisfação do usuário com o transporte sobre trilhos. O grande desafio do Metrô-DF é, portanto, aumentar o número de passageiros e assegurar a sua satisfação.

Para tanto, o Metrô-DF prioriza a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Transporte Público Sobre Trilhos do Distrito Federal (PDTT/DF). A intenção é seguir um modelo de desenvolvimento físico-sustentável e adequado ao padrão de atendimento da demanda por transporte urbano no DF, idealizado para um horizonte futuro de 20 anos.

O sistema de transporte de passageiros sobre trilhos é prioridade estratégica do Governo atual que conta com 24 estações operacionais e está validado no pensar nas políticas públicas do Distrito Federal. Para alcançar os objetivos propostos, será necessária a expansão da rede metroviária, aquisição de novos trens, modernização dos sistemas, conclusão e qualificação das estações, com a expansão comercial e a implantação de um programa de sustentabilidade nas estações. Além disso, será estudada a implantação de projetos para Veículos Leves sobre Trilhos – VLTs.

Para tanto, fortalecer a gestão do Metrô é também um importante elemento deste objetivo, onde se destaca a Escola Metroferroviária.

Metas 2016-2019:

1. Implantar a Expansão da rede metroviária - linha 2 Asa Norte 107 e Ampliar a Linha 1 (Estação do Trabalhador, Ceilândia e Samambaia); (SEMOB)
2. Concluir 3 estações do metrô na Asa Sul (104 Sul, 106 Sul e 110 Sul); (SEMOB)
3. Elaborar o Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos – PDTT ;(SEMOB)
4. Concluir projeto executivo dos VLTs na W3 Sul, Eixo Monumental e Sol Nascente – Ceilândia / Taguatinga/ Riacho Fundo I; (SEMOB)
5. Reduzir o intervalo dos trens do metrô para 3 minutos, por meio da modernização do Sistema Metroviário; (SEMOB)
6. Ampliar frota em 10 novos Trens; (SEMOB)
7. Implantar a Escola de Formação Metroferroviária de Brasília; (SEMOB)
8. Implantação de energia solar em 16 estações do Metrô.(SEMOB)

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Índice de satisfação do usuário do Metrô	%	86	31-dez-14	Anual	86	86	86	90	METRÔ / UO 26101/ OE 4
Número de passageiros do Metrô (mês x 1000)	Unidade	3.594	31-dez-14	Mensal	4.160	4.680	4.680	5.460	METRÔ / UO 26101/ OE 4

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Ações Orçamentárias

- 1077 - Construção da Escola Metroviária .
- 1816 - Implementação da Linha 1 do Metrô
- 1873 - Implementação da Linha 2 do Metrô-DF
- 1881 - Implantação de Trens Regionais
- 1968 - Elaboração de Projetos
- 2756 - Manutenção e Funcionamento do Sistema Ferroviário
- 3007 - Ampliação da Linha 1 do Metrô
- 3014 - Implantação do Metrô- Leve - VLT
- 3134 - Aquisição de Trens
- 3277 - Modernização do Sistema Metroviário

- 3554 – Promover Estudo de Reestruturação da Matriz de Transporte de Cargas para Participação do Modal Ferroviário (EP)
- 3650 - Construção do Ramal Ferroviário Brasília-Goiania (EP)
- 3659 - Construção de Ramal Ferroviário Brasília-Luziânia (EP)
- 3711 - Realização de Estudos e Pesquisas
- 4088 - Capacitação de Servidores
- 5002 - Reforma das Edificações do Sistema Metroviário

Ações não Orçamentárias

- I. Realização de estudos para expansão de veículos elétricos na frota de apoio do Metrô; (SEMOB)
- II. Elaboração de estudos visando à expansão comercial do Metrô; (SEMOB)
- III. Articulação para implantação de trens regionais; (SEMOB)
- IV. Criação de projeto piloto de implantação de energia solar na estação. (SEMOB)

OBJETIVO ESPECÍFICO:

05 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E REGULAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO: Fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, mediante a ampliação dos canais de participação social e novo arranjo institucional da área de mobilidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB

O Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF é um dos instrumentos de definição da política estratégica e de planejamento para o DF e municípios do entorno imediato na área de mobilidade. Para o ciclo do PPA 2016/2019, prevê-se a sua revisão. Entretanto, dada à condição dinâmica dos transportes públicos, que mudam em relação a muitas variáveis, está na gestão, regulação e fiscalização o meio de assegurar os resultados de curto, médio e longo prazo.

O atual modelo econômico dos transportes públicos do DF prevê a participação do poder público na cobertura dos custos, o que determina a máxima precisão nas avaliações e controle dos valores. Neste caso, a gestão do cadastro de gratuidades deve ser objeto de avaliação permanente, bem como a própria gestão operacional do Sistema, que deve prezar pelo amplo atendimento à população, com qualidade e contemplando redução dos custos e modicidade tarifária.

Para tanto, é importante que se faça o planejamento e gestão de forma integrada e participativa. Sendo assim, estão contempladas nesse objetivo ações para a ampliação da transparência e da participação popular nas políticas públicas de mobilidade. O novo arranjo institucional para o sistema de mobilidade do DF e da área metropolitana corrobora para o fortalecimento da gestão no setor, inclusive para o serviço de transporte público individual.

Metas 2016-2019:

- 1. Atualizar o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF; (SEMOB)
- 2. Revisar 100% dos cadastros de gratuidades no Sistema de Transporte Público Coletivo; (SEMOB)
- 3. Instituir o Sistema de Participação Popular da Mobilidade; (SEMOB)
- 4. Implantar o Sistema de Transporte Inteligente – ITS e seus subsistemas; (SEMOB)

5. Promover novo arranjo institucional para o sistema do DF e da Área Metropolitana; (SEMOB)
6. Garantir a oferta de taxi em todo DF na proporção de no mínimo 1 para cada 700 habitantes. (SEMOB)

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Fortalecimento Institucional	Unidade			Anual	25	50	90	100	SEMOB / UO 26101 / OE 5

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Ações Orçamentárias

3180 - Implantação do Sistema de Transporte Inteligente - SITS

3711 - Realização de Estudos e Pesquisas

3983 - Contratação de Consultorias e Auditorias

4082 - Manutenção do Sistema de Bilhetagem Automática

Ações não Orçamentárias

- I. Expedição de autorizações para os Serviços de Táxi e Moto Táxi ;(SEMOB)
- II. Promoção para a implantação de Linhas de Financiamento para a Infraestrutura do Sistema de Transporte Público do DF;(SEMOB)
- III. Desoneração do ICMS de Óleo Diesel para o STPC; (SEMOB)
- IV. Estimulo às iniciativas de Sustentabilidade Ambiental na Mobilidade. (SEMOB).

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

OBJETIVO GERAL:

Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções.

Contextualização

A Constituição da República Federativa do Brasil, consagração máxima da prevalência dos direitos e garantias fundamentais, em sua dimensão estruturante da organização político-social, visando o pleno desenvolvimento de um Estado Democrático de Direito, contemplou posição destacada à Segurança Pública, conferindo expressamente ao Estado, o dever de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e o patrimônio, contando para a garantia destes direitos, com a responsabilidade direta de toda a sociedade.

É irrefutável que a intenção do legislador constituinte foi a de eleger a Segurança Pública como um dos principais instrumentos de promoção e preservação dos direitos e garantias individuais consolidados no texto constitucional, restando ultrapassado, portanto, o pensamento superficial e simplista que os órgãos da Segurança Pública atuam de forma restrita no combate à criminalidade por meio da repressão qualificada. Nos dias atuais, está sedimentado que para se atingir os resultados pretendidos no que tange à redução da violência e pacificação social, são necessárias políticas públicas preventivas voltadas à proteção social.

A segurança pública tem passado por preocupações significantes no Brasil. A escalada de violência com resultado letal alcançou números alarmantes e aponta para resultados dramáticos para a sociedade brasileira. É notório que o protagonismo ocupado na agenda pública pelo tema, ensejou aumento de investimento na área, o qual não foi acompanhado pela redução dos índices, ao contrário, percebe-se o avanço de diferentes modalidades criminosas, a exemplo de homicídios, furtos e as diversas espécies de roubo. Ademais, pesquisas de opinião pública, realizadas nos últimos anos, apontam o crescimento da percepção da segurança e violência como um dos problemas sociais mais relevantes para os brasileiros.

A tendência nacional é mantida em relação ao Distrito Federal, que também experimentou taxas crescentes de homicídios nas últimas décadas. Dados do Ministério da Saúde indicam que, entre 1980 e 2012, a taxa de homicídios no Distrito Federal passou de 12,3 para 38,9 óbitos por 100 mil habitantes, o que equivale a um aumento de 216%, bem superior ao crescimento observado para a taxa nacional. Outrossim, depreende-se dos dados fornecidos pela Polícia Civil do DF, que a média de homicídios consumados no Distrito Federal em 2014 foi de 24,2 por 100.000 habitantes, novamente acima da média nacional.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, reestruturada administrativamente com o advento do Decreto nº 36.316, de 27 de janeiro de 2015, é o órgão central do Sistema de Segurança Pública respectivo, o qual é composto pela própria pasta, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, sendo o Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN, autarquia vinculada ao Sistema de Segurança e integrante do Sistema Nacional de Trânsito.

Nesse contexto, compete à Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social propor e implementar a política de segurança pública estabelecida pelo Governador do Distrito Federal, planejando, coordenando e supervisionando o emprego operacional dos

órgãos que compõem o Sistema, promovendo a gestão integrada das ações inerentes, sempre objetivando a otimização dos meios utilizados.

Destarte, a gestão da política de segurança pública em vigor, tem balizado suas diretrizes em torno do aprimoramento do modelo da capacidade de governança da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social, visando a construção de um portfólio interssetorial entre diferentes segmentos de políticas públicas com os órgãos vinculados à Secretaria (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Departamento de Trânsito). Nessa perspectiva, a participação social e a transparência na condução e na tomada de decisão são premissas essenciais.

O Programa de Segurança Pública do Distrito Federal, denominado Segurança Pública com Cidadania, visa reduzir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança. Para tanto, utiliza uma sistemática de gestão específica para coordenar e articular as ações entre os órgãos de Segurança Pública, bem como entre as demais áreas do Governo e a Sociedade Civil do Distrito Federal.

Dentro desse cenário, o Programa Segurança Pública com Cidadania, representa a metodologia utilizada para o alcance dos fins aspirados, em que os mecanismos de gestão e governança corporativa estão sendo priorizados e implantados na esfera pública de segurança. Nesse sentido, a metodologia adotada se vale da elaboração de indicadores e de metas de desempenho, além da realização de reuniões periódicas para aferir resultados e propor soluções aos problemas cotidianos de Segurança Pública, estabelecendo a sinergia necessária para o enfrentamento do fenômeno da criminalidade e desenvolvendo a rede de proteção social que proporciona segurança e bem-estar ao cidadão.

Na mesma diretiva, impende destacar, que o programa Segurança Pública com cidadania, pugna por um modelo integrado de planejamento estratégico entre os Órgãos de Segurança Pública, principalmente no tocante as iniciativas preventivas e repressivas pautadas na diminuição da criminalidade. Porém, existem peculiaridades setoriais de cada força de segurança, que as distinguem nos aspectos administrativos, táticos e operacionais. Neste passo, a inferência exposta impõe ao Estado um desafio sobre as estratégias de gestão e governança, em um cenário no qual diversas agências, organizações e grupos assumam maior participação nos processos decisórios.

Para possibilitar o implemento dos mecanismos de governança e gestão postulados pela política distrital de segurança pública, uma série de reformulações gerenciais, ações e programas em setores considerados estratégicos foram concebidos. O que se anuncia como um "choque de gestão" visa angariar insumos e subsídios para superação de um contexto historicamente problemático.

O Programa Segurança Pública com Cidadania contempla ações estratégicas e procedimentos de gestão inspirados em experiências bem-sucedidas que promoveram uma redução acentuada nas taxas de violência e criminalidade. Para tanto, almeja-se a consolidação de mecanismos aptos a proporcionar uma maior articulação dos órgãos componentes do Sistema de Segurança Pública, bem como medidas voltadas à qualificação do policiamento, a partir da formulação e obediência de planos estratégicos bem definidos e de um modelo de gestão da informação eficiente.

Trata-se, portanto, de uma grande concertação de ações, que se constitui em um conjunto de medidas legais e sociais com o objetivo primordial de reduzir a violência e estabelecer com sustentabilidade a paz social. Referidas ações são alicerçadas por valores estruturantes que orientam a construção da política de segurança, sendo eles: articulação entre segurança pública e direitos humanos; compatibilização da repressão qualificada com a prevenção específica e social do crime e da violência; transversalidade e integralidade das

ações de segurança pública; incorporação em todos os níveis da política de segurança de mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação; participação e controle social desde a formulação das estratégias à execução da política e prioridade no combate aos crimes letais intencionais e violentos contra o patrimônio.

No que tange à prevenção e resposta a desastres e eventos catastróficos, a atual política de segurança pública concentra suas ações na proteção de vidas, patrimônio e do meio ambiente. Nessa perspectiva, é importante salientar o significativo adensamento populacional experimentado pelo Distrito Federal nas últimas décadas. Segundo o IBGE, a população estimada para o ano de 2015 é de 2,9 milhões de habitantes. Como consequência dessa explosão demográfica, a organização estrutural do Distrito Federal também sofreu alterações profundas, são novas cidades, novos condomínios, setores industriais e assentamentos, aumentando sobremaneira a probabilidade de eventos calamitosos inesperados.

Tal fenômeno aumenta exponencialmente as demandas decorrentes, exigindo da nova metodologia de gestão e governança do programa, a otimização e ampliação dos serviços de segurança correlatos, notadamente, o alcance de metas satisfatórias de tempo-resposta de atendimento às calamidades, conforme se preconiza nos padrões atuais de excelência.

Igualmente, no Distrito Federal, em 2014, a quantidade de veículos era de 1.563.382 e, 1.588.077 em abril de 2015, para uma população de 2.905.800 (Fonte: IBGE), a relação de habitantes por veículos é de 1,83. Nesse contexto, o número de pessoas envolvidas em acidentes automobilísticos fatais é alarmante, causando um impacto social considerável, já que a imensa maioria das vítimas está situada na faixa etária de 18 a 39 anos, a qual coincide com a faixa economicamente mais produtiva e ativa da sociedade.

Deste modo, a redução do número de acidentes automobilísticos graves, clama pela modernização dos modelos de educação, de engenharia e de fiscalização de trânsito, bem como pela implementação de critérios e procedimentos eficientes e eficazes de atuação.

No segmento da proteção social e prevenção à violência, os eixos temáticos a serem abordados com precedência, consistem na transformação do território, na mediação/pacificação de conflitos e na mobilização social, com foco na redução da vulnerabilidade juvenil.

Na vertente da prevenção à criminalidade, além da ênfase ao policiamento comunitário, o trabalho se concentra nos projetos temáticos e nos serviços de apoio (i) às alternativas penais em cumprimento, (ii) à responsabilização do agressor em medidas protetivas de urgência, (iii) à inserção social do adolescente liberado da medida socioeducativa e (iv) à reintegração social do egresso e liberado do sistema prisional.

Em apertada síntese, a política de segurança pública do Distrito Federal tem por escopo precípua o alcance dos objetivos adiante delineados: aumentar a qualidade dos serviços prestados, combater a prática de CVLI (crimes violentos letais intencionais), CVP (crimes violentos patrimoniais) e ampliar a confiança da população nos órgãos prestadores de serviços de segurança pública. No intuito de concretizar os objetivos elencados e vencer os desafios considerados, o programa Pacto pela Vida priorizará ações de resposta qualificada à criminalidade, adoção de iniciativas de prevenção, gestão de risco e respostas às emergências e desastres, consecução de medidas voltadas à promoção da paz no trânsito, elaboração e execução de projetos para coibir a violência praticada contra grupos de minorias vulneráveis, a implantação de modelo de gestão por resultados com foco na valorização dos profissionais de segurança e na busca da excelência dos serviços prestados.